

Modernização da Administração Pública



**Gestão Solidária e
Governo Competente**



► MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As demandas da sociedade impõem permanente busca de soluções e recursos para a satisfação do cidadão e promoção do equilíbrio social. Uma forma de potencializar os serviços prestados diretamente ao cidadão é o desenvolvimento de uma administração pública mais moderna e orientada para resultados, conduzida com transparência e observando-se o controle e a qualidade do gasto público.

É dentro dessa premissa que o Governo do Estado vem intensificando novas práticas de gestão nas áreas de pessoas, compras, estabelecimento de parcerias com o setor privado, sem contar o investimento em tecnologia da informação, como elemento chave para trazer agilidade e economia nas diversas práticas.

Programas de modernização como o GestãoBahia, orientado para resultados, traz a metodologia do planejamento estratégico, o redesenho de processos administrativos e a auto-avaliação, práticas aplicadas no setor privado que concorrem para a eficiência e a eficácia de uma organização.

Como práticas que vieram trazer agilidade, transparência e economia nas compras públicas, merece destaque a edição da Lei de Licitações 9.433/05, assim como a utilização do Comprasnet.ba, do Sistema de Abastecimento da Frota de Veículos, e a intensificação do uso do pregão como modalidade de licitação preferencial.

Permeando tudo isso, tem-se intensificado o compartilhamento de soluções para a difusão do conhecimento da tecnologia da informação e comunicação, disponibilizando ferramentas que possibilitam maior agilidade e qualificação do gasto

público, assim como outras que facilitam a vida do cidadão, oferecendo alternativas de serviços via web, como a Emissão de Certificado de Antecedentes Criminais.

Por fim, a busca de parcerias com o setor privado, como meio de continuar oferecendo ao cidadão serviços de qualidade em um cenário de escassez de recursos.

GESTÃO BAHIA

O Programa GestãoBahia visa:

- Difundir e implementar modernas práticas de gestão;
- Promover o alinhamento das metas dos órgãos e entidades ao Plano Estratégico da Bahia e ao Plano Plurianual, em articulação com a Secretaria do Planejamento – SEPLAN;
- Viabilizar a capacitação dos órgãos e entidades na implantação da auto-avaliação anual, de acordo com os critérios de excelência em gestão pública;
- Promover a capacitação gerencial do corpo administrativo dos órgãos e entidades;
- Formar uma Rede de Consultores Internos, selecionados entre os servidores de carreira ou de cargos efetivos de nível superior da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de atuarem como multiplicadores das ações do Programa; e
- Promover e disseminar a utilização de novas tecnologias e instrumentos de gestão.

Durante o ano de 2006, foi redefinido o escopo do Programa GestãoBahia, ampliando a sua área de atuação, antes restrita à difusão da ferramenta do Planejamento Estratégico, passando a contemplar objetivos adicionais. Em parceria com o programa Gespública do Governo Federal, foram realizadas, em 2006, oficinas para a capacitação de multiplicadores do Guia de Simplificação de Processos, contando com a participação de representantes de diversas unidades da Administração Estadual, assim como a incorporação entre as atividades do GestãoBahia da condução dos cursos de Capacitação em Auto-Avaliação da Gestão, tendo sido concluída a capacitação da primeira turma em setembro de 2006.

Concebido em 2003, o programa foi implantado em nove unidades – Secretaria de Administração – SAEB, Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa, Companhia do Desenvolvimento do Estado da Bahia – Conder, Centro de Recursos Ambientais – CRA, Empresa Baiana de Alimentos S.A. – Ebal, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH, e Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM. Em 2006, a metodologia está sendo implantada em mais duas secretarias, Secretaria de Segurança Pública – SSP e Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS, em fase de conclusão da formulação estratégica.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA-PROAGE

O Programa de Modernização da Gestão Pública Estadual – Proage, tem por objetivo desenhar e implementar políticas de gestão governamental, visando à construção de uma nova administração pública baseada na eficiência, ética, transparência e com níveis desejáveis de descentralização e participação

social, de modo a orientar o foco do Estado para o cidadão. Pretende-se, assim, a modernização da gestão pública estadual a partir de uma visão transversal e integrada do ciclo de gestão, desde o planejamento, passando pelo seu controle e posterior avaliação.

Construído e vinculado a partir do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – Pnage, e contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, as ações propostas pelo Proage para o Estado da Bahia têm um orçamento estimado em R\$ 27 milhões, dentre recursos do Governo Federal captados junto ao BID e contrapartida do Estado.

Em junho de 2006, a Bahia tornou-se o primeiro Estado brasileiro a assinar o Contrato de Repasse com a Caixa Econômica Federal, a qual atua no programa na qualidade de agente financeiro, assistindo diretamente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. A atuação da Unidade de Coordenação do Proage no Estado garantiu as condições objetivas, não somente para a assinatura do contrato, mas também para a realização do primeiro desembolso financeiro dos recursos do convênio.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA FROTA

A partir de março de 2005, o abastecimento dos veículos da frota do Governo do Estado em serviço nos municípios da Região Metropolitana de Salvador, Feira de Santana, Alagoinhas e Santo Amaro passou a ser controlado através de um sistema informatizado, que além de permitir o acompanhamento *on line* de todos os abastecimentos realizados nos 3.103 veículos atualmente cadastrados, identifica o veículo através de dispositivo eletrônico, e os seus condutores através de senha.

Com a adoção dessa medida, o Governo do Estado obteve, de março de 2005 a setembro de 2006, uma redução da ordem de 22,4% no consumo do combustível tipo gasolina, representando cerca de 2,2 milhões litros que deixaram de ser adquiridos, comparando-se com o período de

março de 2003 a setembro de 2004 (sistemática antiga). Vale salientar que a gasolina representa o consumo de 72,8% do combustível utilizado pelos veículos do Governo do Estado. A Tabela I e o Gráfico I apresentam o perfil do consumo dos combustíveis no período analisado.

TABELA I

**ABASTECIMENTO - COMPARATIVO EM LITROS
BAHIA, 2003-2006**

	CONSUMO (EM MIL LITROS)		
	SISTEMÁTICA ANTIGA (*)	SISTEMA INFORMATIZADO (**)	
Álcool (***)	35,3	746,7	2.017,3
Diesel	2.260,1	2.148,9	-4,9
Gasolina	9.984,3	7.744,3	-22,4
Total	12.279,7	10.639,9	-13,4

Fonte:SAEB/SSA

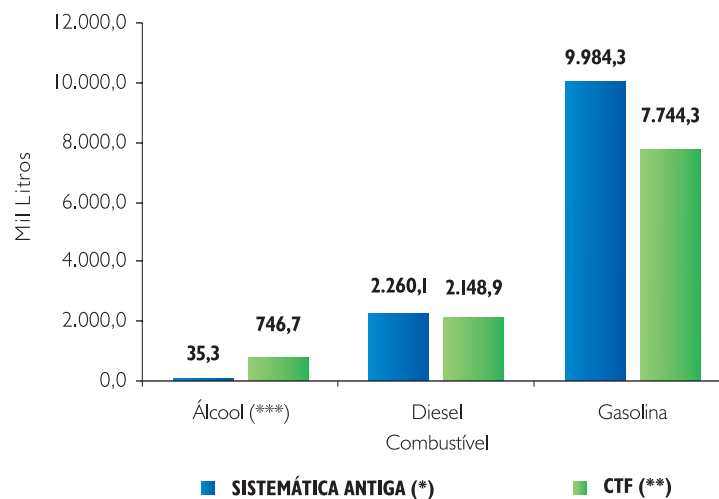
(*) Dados de mar/03 a set/04, utilizando cupons-combustível.

(**) Dados de mar/05 a set/06 Sistema Informatizado.

(***) A elevação muito grande no consumo do álcool ocorreu devido a maior utilização dos veículos bi-combustíveis, substituindo a utilização da gasolina nos modelos com essa característica.

GRÁFICO I

**ABASTECIMENTO - COMPARATIVO EM LITROS
BAHIA, 2003-2006**



Fonte:SAEB/SSA

(*) Dados de mar/03 a set/04, utilizando cupons combustível.

(**) Dados de mar/05 a set/06, utilizando o sistema informatizado CTF.

(***) A elevação muito grande no consumo do álcool ocorreu devido a maior utilização dos veículos bi-combustíveis, substituindo a utilização da gasolina nos modelos com essa característica.

A economia com o óleo diesel foi de 4,9%, representando uma redução no consumo deste combustível de aproximadamente 111 mil litros. Percebe-se uma elevação muito grande no consumo do combustível tipo álcool. Isso ocorreu devido à maior utilização dos veículos bi-combustíveis, substituindo a utilização da gasolina nos modelos com essa característica.

Comparando-se em termos de valores, o gasto total com combustíveis reduziu de aproximadamente R\$ 30,8 milhões, na sistemática antiga, para cerca de R\$ 25,9 milhões, ambos no mesmo período, representando uma diferença de R\$ 4,9 milhões. A redução de 15,9% foi obtida mesmo com

incrementos nos preços dos combustíveis, conforme demonstram a Tabela 2 e o Gráfico 2.

LEI DE LICITAÇÕES

A recente Lei nº 9.433 de Licitações e Contratos Administrativos do Estado da Bahia completou, em maio de 2006, um ano em vigor. Suas contribuições para o processo de compras governamentais, trazendo mais transparência e principalmente agilizando o processo licitatório, puderam ser discutidas e avaliadas durante o II Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais, promovido pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB, em agosto de 2006.

TABELA 2

ABASTECIMENTO - COMPARATIVO EM VALOR BAHIA, 2003 - 2006 (em R\$ 1.000,00)

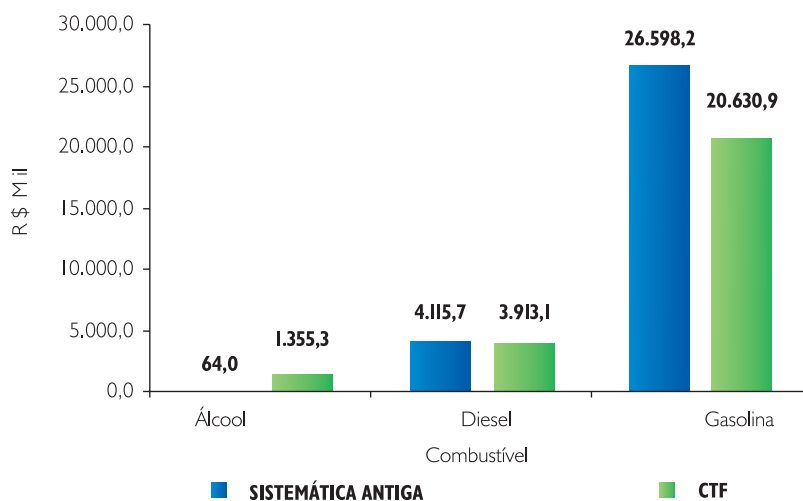
	VALORES (*)		
	SISTEMÁTICA ANTIGA	SISTEMA INFORMATIZADO	
Álcool	64,0	1.355,3	2.017,3
Diesel	4.115,7	3.913,1	-4,9
Gasolina	26.598,2	20.630,9	-22,4
Total	30.777,9	25.899,30	-15,9

Fonte: SAEB/SSA

(*) Valores obtidos multiplicando-se o quantitativo em litros pelo preço médio do respectivo combustível no período de setembro/2006, fornecido pela ANP, site www.anp.gov.br

GRÁFICO 2

ABASTECIMENTO - COMPARATIVO EM VALOR BAHIA, 2003 - 2006



Fonte: SAEB/SSA

Obs: Valores obtidos multiplicando-se o quantitativo em litros pelo preço médio do respectivo combustível no período de setembro/2006, fornecido pela ANP, site www.anp.gov.br

A lei avançou significativamente, dentro das possibilidades de alterações pertinentes às esferas estaduais e municipais, em aspectos sensíveis para a rapidez e credibilidade do processo. Algumas das principais inovações foram: inversão de fases no procedimento licitatório; instituição da desconsideração da personalidade jurídica, ao impedir a participação nas licitações e a contratação de empresas constituídas para burlar a aplicação da pena de suspensão; instituição do procedimento para apuração de faltas administrativas praticadas por licitantes, e as correspondentes penas a serem aplicadas em cada caso concreto; e a previsão da possibilidade do saneamento de falhas na apresentação de documentos pelos licitantes, ampliando, assim, esse universo.

Dentre os benefícios comprovados pelas inovações da lei, percebe-se a redução média de 50% no tempo gasto para realizar uma compra via licitação, proporcionando a ampliação do percentual de licitações realizadas em 36,6%. No Quadro I observa-se o comparativo dessa redução por modalidade de licitação. Por fim, a transparência e o rigor se refletem na expressiva queda do índice de recursos e impugnações, que já chega a 90%.

A Lei nº 9.433/05 trouxe um grande avanço e modernização nos processos de compras governamentais em relação à Lei Federal nº 8.666/93, que após 13 anos vigorando deixa lacunas. Por conseguinte, a lei baiana passou a ser referência para a proposta de mudança na lei federal de licitações, cujo projeto discutido em Brasília tomou por base suas principais características. Através do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – Consad e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, representantes do Estado da Bahia participaram da elaboração do projeto

de lei federal. Os Estados de São Paulo, Paraná e Sergipe, e a Prefeitura de Feira de Santana já tomaram como base o referido diploma legal na elaboração de suas novas leis de licitação, assim como os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Alagoas e Santa Catarina têm a mesma intenção.

RECOLHIMENTO E ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DESATIVADOS

O processo de recolhimento de bens desativados e inservíveis tem se aprimorado desde 2005, com a intensificação e ampliação das coletas no interior do Estado. Os bens são recolhidos pela SAEB e levados ao Almoarifado Central para serem objeto de Leilão. Atualmente, existem oito pontos de recolhimento: Feira de Santana, Juazeiro, Barreiras, Itaberaba, Teixeira de Freitas, Itabuna, Guanambi e Paulo Afonso.

Paralelamente ao recolhimento de bens nas diferentes localidades do Estado, têm-se orientado as unidades administrativas quanto aos procedimentos para a guarda e conservação dos bens patrimoniais, além da distribuição de legislação aplicável. Até setembro de 2006, foram recolhidos itens em desuso em 142 unidades sediadas em 19 municípios baianos.

No período de 2003 a setembro de 2006, a SAEB realizou dez leilões utilizando os bens desativados pelas unidades da administração pública estadual, gerando uma arrecadação de R\$ 6 milhões em quatro anos, conforme demonstra a Tabela 3. Cabe destacar que ainda este ano está programado mais um leilão, com arrecadação prevista em torno de R\$ 352 mil.

QUADRO I

REDUÇÃO DO CICLO DO PROCESSO LICITATÓRIO APÓS A LEI 9.433/05 BAHIA, 2006

MODALIDADE	ANTES	DEPOIS
Concorrência	90 dias	40 dias
Tomada de Preços	30 dias	20 dias
Carta Convite	20 dias	10 dias

Fonte: SAEB/CCL

TABELA 3

**LEILÕES DE BENS - VALORES ARRECADADOS
BAHIA, 2003-2006 (*) (Em R\$ 1.000,00)**

LEILÕES	ARRECADÇÃO
2003	680
2004	1.029
2005	2.724
2006	1.581
TOTAL	6.014

Fonte:SAEB / SSA
(*) Dados até setembro

COMPRASNET.BA

Lançado em agosto de 2001, o Portal de Compras Eletrônicas do Estado da Bahia – Comprasnet.ba, se consolidou como uma ferramenta de trabalho para as áreas de contratação de compras e serviços. Para as cotações eletrônicas, o portal funciona como um leilão reverso *on-line*, permitindo ao fornecedor ofertar sua proposta de preços para os itens a serem adquiridos pelo setor público (onde vence quem oferecer o menor lance), bem como contratar serviços pela internet.

Utilizado na aquisição de bens de consumo e contratação de serviços na faixa de dispensa de licitação (até R\$ 5,6 mil), traz como benefícios a redução dos custos operacionais e dos preços praticados nas aquisições, ampliação do quantitativo de fornecedores participantes, bem como transparência com os gastos públicos e maior agilidade no processo de aquisição.

No portal de compras eletrônicas, os fornecedores podem consultar todos os pregões presenciais previstos para o período, baixar edital, consultar pedido de cotação de preços e formular questionamentos. Já para os pregões eletrônicos, o portal oferece um link de acesso ao portal www.licitacoes-e.com.br, onde os pregões eletrônicos podem ser consultados, propostas registradas e, na seqüência, podem ser feitos lances para os itens cotados.

Entre agosto de 2001 a setembro de 2006, o Comprasnet.ba computou 38.175 cotações eletrônicas finalizadas, resultando em uma economia estimada de R\$ 14 milhões para os cofres públicos. Essa economia representa uma variação média da ordem de 17%, quando comparado com a compra estimada pelo Valor Referencial do Banco de Preços do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços – Simpas e com o preço contratado.

Fotos: Ascom-Saeb

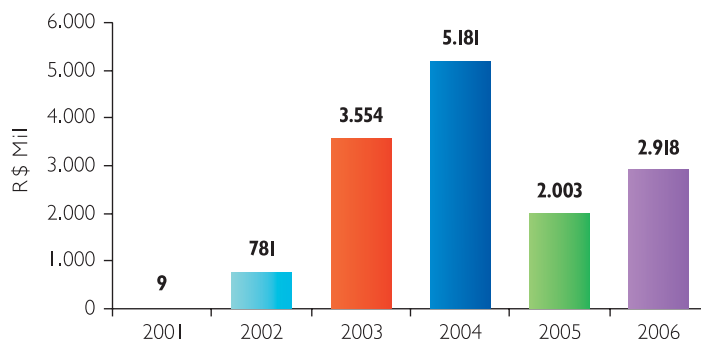


Comprasnet



GRÁFICO 3

**ECONOMIA NAS COTAÇÕES ELETRÔNICAS
BAHIA, 2006 (*)**



Fonte: SAEB/SSA
(*) Dados até setembro

O Gráfico 3 demonstra a economia para os cofres públicos nas cotações eletrônicas. A redução se justifica pela ampliação do número de fornecedores participantes em cada processo de dispensa de licitação. Até setembro de 2006, o Comprasnet.ba contava com 7.305 fornecedores credenciados a participar em cotações de preços para itens dos mais diversos ramos de atividade. Entre agosto de 2001 e setembro 2006 foram registrados 7.192.152 acessos ao portal, segundo o Gráfico 4.

Visando estimular a utilização das cotações eletrônicas, são disponibilizados terminais de computador de livre e exclusivo acesso para o portal nos Postos do Serviço de Atendimento ao For-

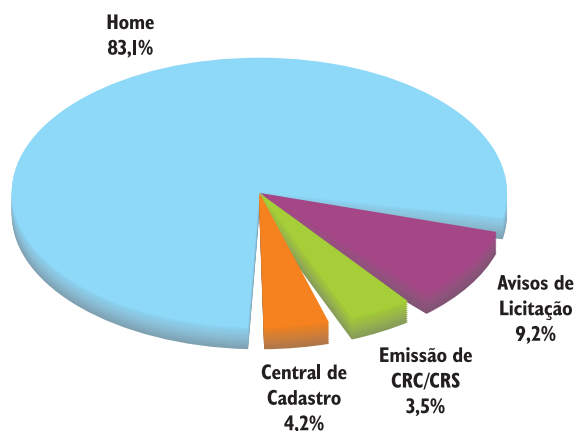
necedor – SAF, localizados em 12 SACs, na Capital e no interior do Estado.

Pregão

O pregão é a modalidade de licitação em que é possível aos fornecedores reunidos em uma sala ou via internet fazer vários lances, num leilão de preços destinado a estabelecer a melhor oferta para bens e serviços comuns a serem adquiridos pela Administração Pública. O pregão trouxe como principal inovação a inversão das fases de propostas e habilitação, além de contemplar a possibilidade da sua realização em sessão pública - na presença dos licitantes (pregão presencial) ou *on-line*, através do recebimento de propostas e lances virtuais via internet (pregão eletrônico).

GRÁFICO 4

**COMPRASNET.BA - ACESSOS
BAHIA, 2001-2006 (*)**



Fonte:SAEB/SSA
(*) Dados de 2006, até setembro

Em 2006, intensificaram-se os esforços para a adoção das modalidades pregão presencial e eletrônico para as licitações e contratos administrativos relacionados a bens e serviços junto aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, conforme Tabela 4.

A economia do Governo da Bahia com a realização de pregão nas compras públicas já alcança a cifra de R\$ 143,2 milhões em relação ao valor referencial de junho de 2005, quando entrou em vigor a Lei Estadual de Licitações e Contratos, a agosto de 2006

A modalidade já representa 60% do total das licitações realizadas no âmbito estadual e vem obtendo uma economia média de 26,7% em relação às

outras modalidades (Concorrência, Tomada de Preços e Carta Convite).

GOVERNO ELETRÔNICO

Modelo de Dados Corporativos

Em 2006 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto Modelo de Dados Corporativos, iniciado em 2004, cuja finalidade é possibilitar o armazenamento dos dados e informações de interesse do Governo em bases únicas e oficiais. Inicialmente farão uso deste modelo o Sistema de Gestão de Planejamento e Finanças – SGPF, o Sistema Integrado de Materiais, Patrimônio e Serviços – Simpas e o Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH.

TABELA 4

ECONOMIA COM O PREGÃO BAHIA, 2005-2006 (em R\$ 1.000,00)

	ECONOMIA	
	2005	2006(*)
SESAB	58.696	15.007
SEDUR	10.792	5.876
SEINFRA	5.726	3.812
SAEB	7.679	4.457
SJDH	1.514	838
SEC	2.685	769
SEGOV	1.117	668
SSP	3.108	615
SICM	2.318	552
SETRAS	1.574	529
SEFAZ	189	476
SCT	247	263
SEAGRI	1.272	134
SECTI	4.138	63
SECOMP	268	29
CASA MILITAR	47	8
SEPLAN	151	5
SEMARH	7.473	-
OUTROS	149	-
TOTAL	109.143	34.101

Fonte: SAEB / CCL
(*) Dados até 30/10/2006

O Modelo de Dados Corporativo concluiu as seguintes atividades:

- Definição física das tabelas de histórico referentes aos módulos de Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Órgão e Unidade;
- Modelo Físico de dados e processos referente ao módulo de Município/Banco/Agência;
- Levantamento para modelo de dados físicos referentes ao módulo de Calendário;
- Modelo Conceitual de dados referente ao módulo de Prioridade;
- Modelo Físico de Dados e Processos referente ao módulo de Prioridade;
- Ajustes no modelo conceitual e físico referente aos módulos de Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Órgão e Unidade com revisão e ajustes na especificação dos métodos de consulta e atualização;
- Definição de processos de carga dos Correios para Endereçamento; e
- Teste da carga dos dados de Endereçamento – escopo Bahia.

Encontram-se em andamento:

- Implementação dos métodos de consulta e atu-

alização dos módulos de Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Órgão e Unidade;

- Implementação de telas para contingência e teste dos métodos dos módulos de Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Órgão e Unidade; e
- Elaboração do Modelo Físico de Dados e Processos de Calendário.

Acesso Único aos Sistemas Corporativos do Estado da Bahia

O Sistema Gestão de Acesso Integrado – Sigai, iniciado em 2005, objetiva controlar o acesso a todos os Sistemas Corporativos do Estado, (recursos humanos, compras, orçamento, contabilidade e finanças, dentre outros), através de *login* único. Os três módulos que o compõem: Administração, Autorização e Criação, e Autenticação de Login estarão concluídos até o final de 2006. Um dos módulos inclui a permissão de acesso de pessoa física a um sistema corporativo do Estado da Bahia. Utilizando o Sigai, via Portal Bahia.Gov, qualquer sistema corporativo do Estado poderá ser acessado com total segurança e agilidade, permitindo deste modo mais agilidade e transparência das ações governamentais.



Emissão do Certificado de Antecedentes Criminais via Web

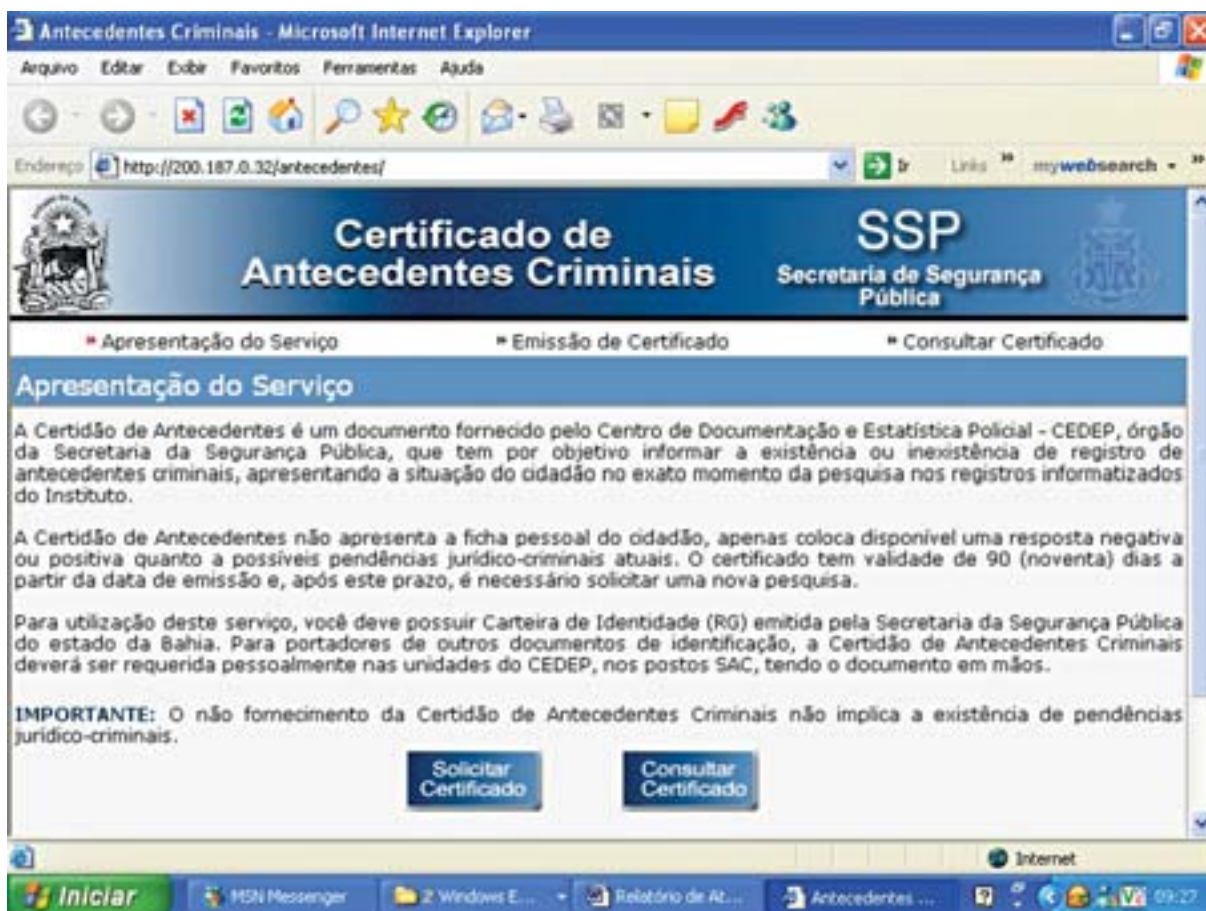
O Governo do Estado vem promovendo o aumento da oferta da prestação de serviços ao cidadão, via web, garantindo cada vez mais a expansão do Governo Eletrônico. A disponibilização do Certificado de Antecedentes Criminais via Web, é um avanço para tornar os serviços públicos mais acessíveis ao cidadão. Só nos postos SAC, as solicitações presenciais chegam a 11 mil certificados por mês, que deverão ser reduzidas pela facilidade do serviço *on-line*.

Através do Portal Bahia.Gov, site oficial do Governo, o cidadão que não possui restrição judiciário-criminal poderá emitir o seu certificado de antecedentes criminais de qualquer lugar, desde que acesse a internet. O serviço *on-line* também agilizará a formalização dos inquéritos policiais, contribuindo para a polícia prestar um serviço cada vez mais qualificado.

Disseminação do Conhecimento

Por reconhecer a importância da Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, na modernização, transparência e otimização da administração pública, o Governo do Estado tem impulsionado a utilização das ferramentas de TIC, através de prospecção, estudos, divulgação e implantação de técnicas e soluções corporativas para racionalização de recursos, com conseqüente redução de custos e melhoria de processos governamentais.

Tal integração teve como desdobramento, em 2006, o Encontro dos Profissionais de TIC do Governo da Bahia, com o fim de promover a coordenação sistêmica e a integração entre as ações dos vários órgãos do Governo na área de tecnologia da informação.



Compartilhamento de Soluções

O compartilhamento de soluções, metodologias e ferramentas, com o objetivo de difusão do conhecimento de tecnologia da informação e comunicação na Administração Estadual, tem disponibilizado sistemas que possibilitam maior agilidade e redução de custos, a exemplo do CMO Atende, voltado para o atendimento setorial de problemas de informática e o Sistema de Solicitação de Materiais ao Almoxarifado - Solic, desenvolvido para requisição de material de consumo via web, ambos implantados em 2005.

Em 2006, foi adaptado à realidade do Governo da Bahia, o Sistema de Gerenciamento de Passagens Aéreas - Sipad, cedido pelo Governo do Espírito Santo. O Sipad consolida e controla as informações sobre aquisição de passagens aéreas e tem como objetivo geral auxiliar o gestor público no processo decisório dos gastos com viagem, além de dar maior transparência a tais despesas. Foi implantado como experiência nos seguintes órgãos: SEMARH, PGE e SETRAS e, em 2007, será estendido para toda a administração estadual.

DATA CENTER

O Data Center da Companhia de Processamentos de Dados do Estado da Bahia - Prodeb, é o primeiro do Norte/Nordeste, e completou um ano de funcionamento em outubro de 2006. A segunda fase de implantação deste projeto contempla a atualização da Infovia do Centro Administrativo da Bahia - CAB, a redundância da infra-estrutura de energia e refrigeração, tornando o ambiente de alta disponibilidade, a migração do sistema operacional OS/390 para o Z/OS-e versão 1.7, gerando economia de 80% nos custos operacionais, de modo a ampliar os serviços informatizados prestados à população, melhorando ainda mais o atendimento ao cidadão, quer seja pessoalmente, por telefone ou via internet.

A implantação do Data Center, num cenário de crescente integração de redes, sistemas e serviços, levou a Prodeb a implantar novos mecanismos de segurança. Após ter estruturado a função de segurança integrada na forma de uma assessoria e de um grupo de resposta a incidentes de segurança, a empresa iniciou um projeto de dois anos para revisar a política de segurança, efetuar análise de vulnerabilidades e riscos do negócio, bem como instalar um escritório de gestão de segurança. Com isso, desde junho de 2006, a Prodeb está capacitada para atuar como *Security Provider* da administração estadual. Esse mesmo projeto prevê, ao longo desse período, certificar a empresa pela norma NBR/ISO-IEC 27001, além de credenciá-la como Autoridade Certificadora e de Registro - ACR.

FÁBRICA DE SOFTWARE

Com a chegada do Software Livre, novas perspectivas se abrem gerando novas demandas para o Governo. Assim, em 2006 a Prodeb iniciou a implantação do seu *Framework* de Desenvolvimento de Sistemas, que consiste em uma metodologia de construção de sistemas informatizados baseado em ferramentas *Open Source* (código aberto). O objetivo é criar padrões e melhorar a produtividade na construção dos projetos de TI para o Estado, gerando uma economia de 40% no desenvolvimento dos mesmos.

REDE GOVERNO

Em continuidade ao projeto Rede Governo, já é possível interligar as unidades dos órgãos públicos estaduais em todos os 417 municípios baianos, através de uma única rede de comunicação de dados de alta velocidade. Até dezembro de 2006 será finalizado com a interligação dos órgãos de 249 municípios com 1.597 Pontos-Clientes - PCs, ativos.

Dando continuidade ao seu modelo co-participativo de contratação, a Rede Governo II prevê o enfrentamento das questões relativas aos altos gastos da Administração Pública com telefonia fixa tradicional, além de fazer uso das facilidades geradas pela evolução tecnológica das telecomunicações, resultando em uma expansão de opções de oferta de serviços, agregando flexibilidade na sua prestação.

Pode-se sintetizar a idéia central da nova Rede Governo II no conceito de convergência de dados, voz e imagem, que consiste na integração destes serviços, tendência mundial no setor de telecomunicações. Isto propiciará, por exemplo, a eliminação dos gastos com o serviço de telefonia intra-governo através do uso da tecnologia VoIP (Voz sobre Protocolo da Internet).

A Rede Governo II prevê, ainda, redução substancial nos custos operacionais com voz e dados (incluindo acesso a internet) da ordem de 50% e 25%, respectivamente, além de viabilizar a implementação de faixas de banda até 200 Mbps.

RECURSOS HUMANOS

Promo RH

O Programa de Modernização da Gestão de Recursos Humanos do Estado - PromoRH, deu continuidade à implementação de ações estratégicas, a fim de atingir um modelo de desenvolvimento de pessoas com foco nas competências e adequar os recursos humanos do Estado às novas necessidades dos órgãos e entidades do Governo.

Dentre as principais ações levadas adiante ao longo do ano de 2006, constam estudos e análises da gestão de recursos humanos do Estado, os detalhamentos dos novos processos da área de

Recursos Humanos – RH, e os consequentes ajustes do quadro de lotação de pessoal dos órgãos.

Na função planejamento e gestão dos recursos humanos, o programa está estruturando informações qualitativas e quantitativas da força de trabalho do executivo estadual, de modo a subsidiar tanto os gestores de RH como os gestores de linha no processo de planejamento e gestão.

O trabalho de redesenho de processos, por seu turno, visa apresentar soluções integradas de novos processos de trabalho para a área de recursos humanos do Estado e soluções de tecnologia da informação, para sistematização do planejamento de RH de forma articulada com os Planos de Governo, bem como, reduzir a excessiva burocracia nessa área, aumentando o controle sobre o quadro de pessoal e respectivos gastos.

Concursos

Tendo como prioridade as áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública, o Governo do Estado vem promovendo a renovação do quadro de pessoal, considerando a necessidade apresentada, assim como a capacidade de formação dos que ingressam para o serviço público.

Com esta diretriz, nos últimos quatro anos, o Governo autorizou a realização de dez concursos públicos, significando a abertura de 14.473 vagas, conforme detalhamento expresso na Tabela 5. Em 2006, foi divulgado novo edital para selecionar 3.200 soldados para a Polícia Militar. Além disso, foram iniciados os procedimentos para realização de mais dois concursos contemplando os cargos de Assistente de Procuradoria e de Técnico Administrativo com oferecimento de 48 e 3.553 vagas, respectivamente, sendo que este último objetiva a substituição de contratos temporários.

TABELA 5 DEMONSTRATIVO DE VAGAS NOS CONCURSOS
BAHIA, 2003-2006

SECRETARIA	CARGO	TOTAL DE VAGAS	OBSERVAÇÃO
SSP/DPT	Perito Criminalístico	100	Curso de Formação sendo realizado
	Perito Médico-Legal	100	
	Perito Odonto-Legal	12	
	Perito Técnico de Polícia	200	
SSP/PM	Soldado PM	3.200	Inscrições em nov/2006
SAEB (*)	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	100	Concluído
	Técnico Administrativo	3.553	Em elaboração
SEFAZ	Auditor Fiscal	60	Concluído
SESAB	Regulador da Assistência em Saúde	100	Concluído
	Sanitarista	250	
	Auditor em Saúde Pública	92	
	Farmacêutico	129	
	Psicólogo	37	
	Fisioterapeuta	89	
	Terapeuta Ocupacional	20	
	Assistente Social	52	
	Nutricionista	29	
	Enfermeiro	423	
	Técnico em Radiologia	62	
	Técnico em Patologia Clínica	84	
	Auxiliar de Enfermagem	456	
	Técnico em Enfermagem	684	
SEC	Professor Nível III	3.769	Concluído
	Coordenador Pedagógico Nível III	800	
PGE	Procurador do Estado	24	Concluído
	Assistente de Procuradoria	48	Em elaboração
TOTAL		14.473	

Fonte:SAEB/SRH

OBS.: 1 - Exclui concursos realizados pelas Universidades Estaduais e empresas de economia mista

(*) Para atuar em diversas unidades

Nos últimos quatro anos, foram incorporados ao quadro de servidores do Governo do Estado, 8.943 profissionais de diversas áreas, segundo o detalhamento apresentado na Tabela 6. Até o final de 2006, aguardam nomeação mais 3.526 servi-

dores, 663 já convocados para a Secretaria da Saúde, e os demais, com programação de convocação até dezembro, irão integrar os quadros das Secretarias da Educação e da Segurança Pública, conforme Tabela 7.

TABELA 6 PROVIMENTO DE PESSOAL
BAHIA, 2003 - 2006

SECRETARIA	CARGO	NOMEAÇÃO				TOTAL
		2003	2004	2005	2006	
ADAB	Especialista em Fiscalização	21	16	7	-	44
CRA	Especialista em Fiscalização	28	-	1	-	29
DERBA	Especialista em Obras Públicas	-	19	26	-	45
DESENBÁHIA	Advogado	4	6	1	-	11
	Analista de Desenvolvimento	-	-	4	16	20
EGBA	Tec em Informática	2	2	3	-	7
	Tec em Editoração Eletrônica	-	2	1	-	3

Continua

Conclusão | Tabela 6

SECRETARIA	CARGO	NOMEAÇÃO				
		2003	2004	2005	2006	TOTAL
	Operador de Microfilmagem	-	2	6	1	9
	Montador de Filme	-	2	1	-	3
	Impressor	1	1	1	-	3
	Gravador	-	1	1	-	2
	Encadernador	-	8	1	-	9
	Cortador	-	-	1	-	1
	Técnico de Nível Superior	-	-	1	-	1
PGE	Procurador do Estado	-	46	17	12	75
PM	Aluno Soldado	46	137	1.450	46	1.679
	Aluno Oficial	84	-	139	60	283
	Professor Assistente	14	-	-	-	14
	Professor Auxiliar	6	-	-	-	6
SAEB	Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental	-	5	35	61	101
	Assistente Social	-	-	1	-	1
SEC	Professor Nível III	1825	1016	207	109	3.157
SESAB	Farmacêutico - Assistência Farmacêutica	-	-	-	11	11
	Farmacêutico - Bioquímico	-	-	-	15	15
	Psicólogo	-	-	-	25	25
	Fisioterapeuta	-	-	-	36	36
	Terapeuta Ocupacional	-	-	-	6	6
	Assistente Social	-	-	-	37	37
	Nutricionista	-	-	-	15	15
	Enfermeiro	-	-	-	168	168
	Técnico em Radiologia	-	-	-	25	25
	Técnico em Patologia Clínica	-	-	-	19	19
	Auxiliar de Enfermagem	-	-	-	250	250
	Técnico em Enfermagem	-	-	-	579	579
SEMARH	Especialista em Fiscalização	-	1	1	-	2
SSP	Agente de Polícia / Investigador	-	395	7	138	540
	Escrivão de Polícia	1	196	1	38	236
	Delegado de Polícia	2	199	8	35	244
	Perito Médico-Legal	-	-	1	-	1
SUCAB	Especialista em Obras Públicas	-	7	20	-	27
UEFS	Professor Assistente	1	16	12	22	51
	Professor Auxiliar	2	10	4	14	30
	Professor Adjunto	-	7	13	-	20
	Técnico Universitário	11	-	99	1	111
	Auxiliar Administrativo	-	-	5	-	5
	Analista Universitário	-	-	18	-	18
UESB	Professor Adjunto	-	6	10	8	24
	Professor Assistente	-	50	29	16	95
	Professor Auxiliar	-	87	56	11	154
UESC	Professor Adjunto	5	21	16	20	62
	Professor Assistente	10	77	30	28	145
	Professor Auxiliar	1	117	24	4	146
UNEB	Professor Adjunto	1	-	33	3	37
	Professor Assistente	3	-	55	7	65
	Professor Auxiliar	6	-	111	63	180
SEFAZ	Auditor Fiscal	-	-	59	-	59
SRH	Especialista em Fiscalização	-	-	2	-	2
TOTAL		2.074	2.452	2.518	1.899	8.943

Fonte:SAEB / SRH

TABELA 7

**EXPECTATIVA DE NOMEAÇÃO
BAHIA, 2006**

SECRETARIA	CARGO	2006
SEC	Professor Nível III	2.451
SESAB	Auditor Médico	10
	Auditor Enfermeiro	5
	Auditor Odontólogo	6
	Auditor Financeiro	17
	Auditor Farmacêutico	2
	Regulador de Assistência em Saúde	59
	Sanitarista - Vigilância Epidemiológica	40
	Sanitarista - Vigilância Sanitária e Ambiental	20
	Sanitarista - Saúde do Trabalhador	6
	Farmacêutico – Assistência Farmacêutica	31
	Farmacêutico – Bioquímico	24
	Psicólogo	8
	Fisioterapeuta	29
	Terapeuta Ocupacional	7
	Assistente Social	12
	Nutricionista	8
	Enfermeiro	140
	Técnico em Radiologia	19
Técnico em Patologia Clínica	34	
Auxiliar de Enfermagem	112	
Técnico em Enfermagem	74	
SSP	Perito Criminalístico	100
	Perito Médico-Legal	100
	Perito Odonto-Legal	12
	Perito Técnico de Polícia	200
TOTAL		3.526

Fonte:SAEB/SRH

FORTALECIMENTO DA GESTÃO DESCENTRALIZADA

Descentralização da Educação

O exercício de 2006 apresentou mais uma etapa importante de municipalização do ensino fundamental na Bahia. Nos últimos quatro anos a experiência vem ensejando uma profícua aliança entre o poder estadual e o poder municipal, com ganhos expressivos em termos de melhoria da qualidade de ensino e fortalecimento da gestão escolar.

No decorrer do ano, foram municipalizadas 46 escolas de 20 municípios, contemplando 9.509 alunos, dos quais 8.899 cursam as primeiras quatro séries iniciais. O Governo do Estado, através da Secretaria da Educação, vem priorizando a municipalização dessa faixa de ensino, ao tempo em que promove, gradualmente, a municipalização da faixa compreendida de 5ª a 8ª séries.

O balanço dos quatro anos contabiliza a municipalização de 510 escolas em 173 municípios, abrangendo 160.190 estudantes, dos quais 94,2% das quatro primeiras séries iniciais. O pro-

cesso, formalizado através de convênio de parceria Estado-Município, abrange a transferência de instalações físicas, equipamentos, materiais didáticos e tecnológicos, alunos, docentes e funcionários, incluindo ainda a disponibilização de assistência técnica e pedagógica.

Dessa forma, o processo de municipalização tem possibilitado às Prefeituras assumirem responsabilidades antes inerentes ao Governo do Estado, o que significa dizer que na Bahia o poder municipal vem, efetivamente, redimensionando o seu papel no sistema educacional, conforme preconizado na Lei de Diretrizes de Bases – LDB.

Cabe lembrar que a descentralização da gestão escolar no Estado não se restringe à municipalização do ensino fundamental, incorporando igualmente os benefícios da política de autonomia interna, que se concretiza mediante o repasse direto de recursos financeiros, aliado ao fortalecimento da capacidade local de planejamento e gerenciamento das unidades escolares. Dentre os principais instrumentos dessa política, destacam-se o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE e o Projeto de Melhoria da Escola – PME.

Descentralização da Assistência Social

O Sistema Único da Assistência Social – Suas, constitui-se na regulação e organização das ações socioassistenciais em todo o território nacional. É um sistema não contributivo, descentralizado e participativo, que define serviços, programas, projetos e benefícios, os quais são planejados e executados de acordo com padrões normativos estabelecidos pela Política Nacional da Assistência Social, aprovada em 2004 e pela Norma Operacional Básica – NOB, aprovada em 2005, tendo como centralidade a família. O Suas consolida o modo de gestão compartilhada, o co-financiamento, a

cooperação técnica e a divisão de responsabilidades entre os entes federativos e as instâncias de articulação, pactuação e deliberação.

O ano de 2006 teve seu início com o planejamento de estratégias voltadas para a regionalização de ações, construção do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação e Capacitação, cumprindo assim responsabilidades inerentes ao Estado. No que se refere à gestão, houve um avanço considerável na área da assistência social no Estado, com implantação e estruturação de Conselhos, principalmente da Criança e Adolescente e Tutelares, implantação de 32 novos Centros de Referência da Assistência Social – Cras, onde são atendidas famílias em serviços de proteção social básica e encaminhadas à rede socioassistencial; planejamento das ações nos municípios através da composição do Plano Plurianual; e organização de outras ações estruturantes. Tais avanços refletem o empenho do Governo do Estado e dos municípios em consolidar o Sistema Único da Assistência Social.

As principais atividades desenvolvidas em 2006 foram:

- Coordenação da estruturação de ações regionalizadas;
- Elaboração das propostas de regionalização, de capacitação, e do Sistema Estadual de Informação, Monitoramento e Avaliação;
- Concepção do sistema de banco de dados para a Comissão Intergestora Bipartite e Gestão do Suas, visando consolidação dos dados das ações socioassistenciais;
- Alimentação dos sistemas voltados à avaliação e posterior orientação técnica buscando ajustes para aprimoramento da gestão;

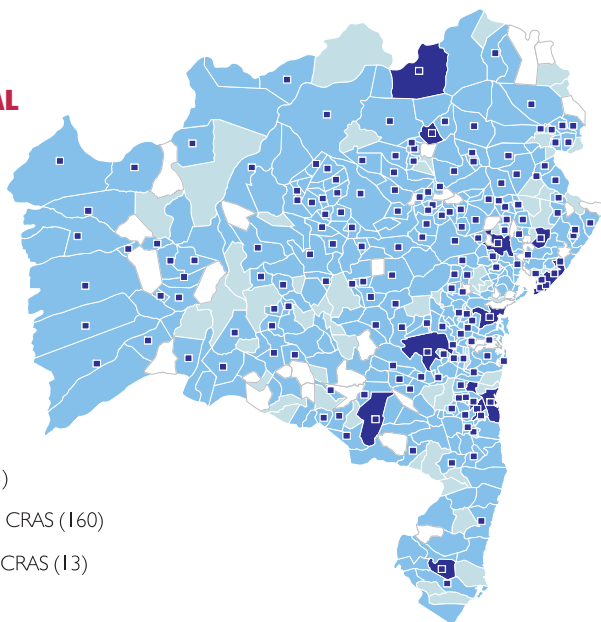
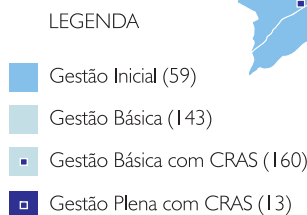
- Assessoramento junto aos municípios para validação do Plano de Ação no Suas web;
- Orientação aos municípios quanto aos requisitos e instrumentos de comprovação necessários para habilitação aos diversos níveis de gestão;
- Disponibilização de manuais para elaboração do Plano Plurianual e Relatório de Gestão da Assistência Social;
- Análise documental de processos preparatórios para habilitação de municípios;
- Monitoramento e Avaliação de 303 municípios habilitados à gestão básica e 13 à gestão plena pela regra de transição NOB/Suas/2005;
- Assessoramento voltado à habilitação de dois municípios à gestão básica e três à inicial pela regra permanente da NOB/Suas/05;
- Reunião com secretários municipais para conhecimento das ações locais desenvolvidas na área da Assistência Social;
- Reunião com representantes de Conselhos Municipais – de Assistência Social – CMAS, de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e Tutelar, para apreciação das atividades desenvolvidas por essas instâncias, obtenção de informações complementares e esclarecimento de dúvidas de ambas as partes;
- 174 supervisões nos Cras/Programa de Atenção Integral a Família – Paif, 133 supervisões no Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano – PAJ, 19 supervisões no Inclusão Produtiva, através de visitas e reuniões com equipes técnicas dos Cras/Paif, núcleos e unidades de produção para verificar o desenvolvimento das atividades,

visando a operacionalização dos programas da rede básica;

- 115 supervisões no Programa de Atendimento a Criança de 0 a 6 anos;
- 35 supervisões em Atenção a Pessoa Idosa em Centros de Convivência; e
- 40 verificações de prestação de contas de processos de Sua Nota É Um Show de Solidariedade – SNS, com visitas às organizações não governamentais que participam do programa SNS para verificação da aplicação de recursos.

O Mapa 1 apresenta os municípios habilitados nas respectivas condições de gestão, conforme NOB/Suas/05. Cabe explicitar que a gestão municipal comporta três níveis: inicial, básica e plena. Na Gestão Inicial estão os municípios que cumpriram apenas o artigo 30 da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas. A Gestão Básica e a Plena, além do cumprimento do referido artigo, assumem outras responsabilidades, que os possibilitam a disputar recursos da União para execução de programas, projetos, serviços, dentre outros incentivos, a exemplo de atualizarem as bases do sistema da Rede Suas/WEB e inserir no Cadastro Único as famílias beneficiárias do Bolsa Família. Na Gestão Básica, o município assume a gestão da proteção social básica, responsabilizando-se por ofertas de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários, atuando na prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais. Na Gestão Plena, o município tem a gestão total das ações da Assistência Social, responsabilizando-se pela proteção básica e especial, atuando, não só na prevenção, mas também na correção de vulnerabilidades e riscos sociais.

MAPA I

GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
BAHIA, 2006

Fonte: SETRAS/Elaboração SEPLAN/SPE

Descentralização da Saúde

O Estado da Bahia, habilitado na condição de Gestão Plena do Sistema Estadual desde 2003, vem reforçando o processo de mobilização institucional e intersetorial visando atender à condição de co-gestor deste sistema. Quanto à descentralização da gestão da saúde, 34 municípios encontram-se habilitados na Gestão Plena do Sistema.

Para consolidação do fortalecimento da Gestão Municipal foram traçados Planos de Cooperação Técnica com os municípios, priorizando demandas advindas da Auditoria/ SESAB. Envolvendo técnicos das secretárias municipais e das várias áreas técnicas da SESAB, os municípios foram acompanhados tomando por base o cumprimento do estabelecido nos referidos planos firmados.

Destacam-se nesse processo os Seminários sobre Regionalização da Saúde e as oficinas de Apoio à Gestão Municipal, como espaços importantes para o fortalecimento e consolidação da cooperação técnica junto aos municípios.

Gestão Descentralizada e Participativa dos Recursos Hídricos

A gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos no Estado da Bahia está a cada

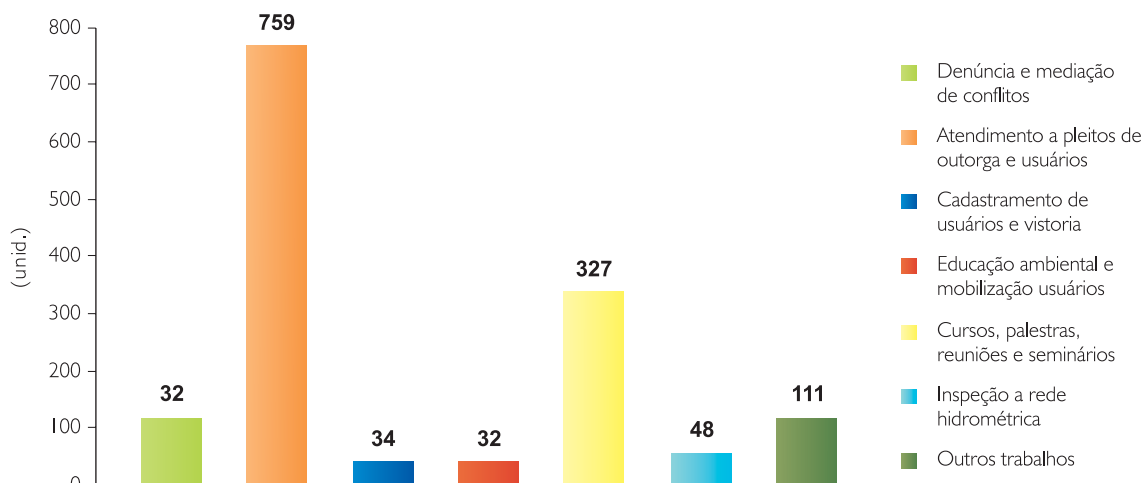
dia se fortalecendo através das atividades desenvolvidas pelos escritórios regionais localizados nas Regiões Administrativas da Água – RAA. Das dez RAA, nove possuem representação da Superintendência de Recursos Hídricos, sendo seis localizadas nas Casas de Recursos Naturais – CRNs, e da Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação – SFC. Esses escritórios, além de desempenhar o papel de pólo de desenvolvimento regional, aproximam o usuário da gestão dos recursos hídricos, facilitando o atendimento, promovendo capacitação e treinamento, dirimindo conflitos.

A partir das regionais, são desenvolvidas inúmeras ações como: encaminhamento e pré-análise dos pleitos de outorga, o apoio à formação de Comitês de Bacias, o cadastramento dos usuários, a implementação do Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social – Peacs, a manutenção e operação de Rede Hidroelétrica, a fiscalização e o monitoramento do uso das águas.

O Gráfico 5 demonstra um quantitativo das ações que são desenvolvidas pelos Escritórios Regionais da SRH, no Estado da Bahia.

GRÁFICO 5

**REGIONAIS DA SRH – PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS
BAHIA, 2006 (*)**



Fonte: SEMARH/SRH
(*) Dados até setembro

O ano de 2006 foi significativo para a implementação do gerenciamento descentralizado e participativo dos Recursos Hídricos. A Lei 9.843 de 27/12/05 instituiu os Comitês de Bacia no Estado. Em janeiro de 2006, em consequência da referida lei, foi aprovada a Resolução nº 03 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, estabelecendo os procedimentos a serem seguidos para a criação de comitê de bacia hidrográfica de rios de domínio estadual. Por atender às condições estabelecidas, os Comitês das Bacias Hidrográficas do Itapicuru, Paraguaçu, Leste, Recôncavo Norte e Verde e Jacaré foram então criados por decreto governamental.

Encontra-se em condições de instalação o Comitê da Bacia do Salitre, estando apenas aguardando a análise do processo e aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Conerh, para edição do Decreto Governamental. Estão em desenvolvimento as ações para a instituição do Comitê das Bacias do Extremo Sul e da Bacia do Rio de Contas.

O ano de 2006 também trouxe a participação efetiva dos comitês de bacias de rios de domínio do Estado da Bahia no cenário nacional de gerenciamento dos recursos hídricos. Cinco comitês participaram e apre-

sentaram trabalhos no Encontro Nacional dos Comitês de Bacia promovido pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacia. Em nível regional, os comitês das bacias do Paraguaçu, do Itapicuru e do Verde e Jacaré participam do Grupo de Articulação dos Comitês do Semi-Árido Brasileiro criado com a proposta de estruturar uma política de Recursos Hídricos específica para o semi-árido e de propor um plano regional.

Descentralização da Gestão Ambiental

Dentro da perspectiva de um novo ideário que requer interações sociais, administrativas, jurídicas e institucionais, capazes de antever cenários e possibilitar escolhas em busca de caminhos ambientalmente sustentáveis para a trajetória da humanidade, o Brasil construiu uma avançada legislação na qual estrutura-se o Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, cuja concepção incorpora os princípios da integração e da participação, valorizando a complementaridade entre os entes federados como estratégia de alcance e o controle social como instrumento de legitimação, cabendo aos municípios a responsabilidade de cui-

dar das questões ambientais de impacto local, sendo importante que participem ativamente na formulação e implementação integrada das políticas ambientais regionais, estaduais e nacionais.

A realidade brasileira, no entanto, ainda não permitiu que a excelência conceitual dessa avançada legislação tivesse o resultado desejado. Sob essa contingência, e premidos por uma demanda que não pode esperar, União e Estados vêm assumindo, precariamente, uma atuação pretensamente supletiva em relação aos municípios neste segmento da Administração Pública, evitando um colapso maior na gestão ambiental do país. Diante desse panorama, o desafio que se coloca, diz respeito à estruturação e consolidação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente – Sismuma, em busca do alcance e da efetividade que ainda faltam ao Sisnama.

Com esse objetivo, estrutura-se, no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, o Programa de Apoio a Gestão Ambiental Municipal – GAM, com a missão de assegurar alcance e efetividade ao Sisnama no âmbito do Estado da Bahia, objetivando fortalecer a capacidade de gestão ambiental dos municípios, possibilitando a retirada progressiva e pactuada da atuação supletiva que o Estado ainda esteja exercendo sobre as questões ambientais de impacto local.

Os fatores que primeiro precisam ser enfrentados na base dessa questão são muito mais de natureza política e cultural que propriamente financeira, legal, técnica ou administrativa.

A partir dessa compreensão, a abordagem deste programa está voltada para a identificação, análise e equacionamento dos diferentes fatores que precisam ser trabalhados conjuntamente para que seja possível criar, no âmbito de cada município, a sinergia política e social necessária à efetiva consolidação do respectivo sistema de Meio Ambiente.

A Lei nº 9.843, de 27 de dezembro de 2005, possibilitou a instituição de Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado, e se ampliou as competências do Conerh, gerando uma gestão participativa, integrada e descentralizada da água de uma bacia hidrográfica. Os comitês são fóruns colegiados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas a serem exercidas no âmbito da bacia hidrográfica, além de funcionar como um “parlamento das águas”, atuando como instância direta em grupos organizados que tomam decisões no âmbito de cada bacia.

Visando apoio ao município para descentralização da gestão ambiental o GAM realizou entre janeiro e agosto de 2006, dois treinamentos preliminares sobre Gestão Ambiental Municipal, contemplando 36 municípios, capacitando 65 gestores municipais.

Foram realizadas 16 Oficinas, formadas por 64 grupos de trabalho, objetivando a estruturação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente em 16 Municípios, que resultaram na assinatura de um Pacto Local de cooperação entre os três setores da sociedade, consolidando os Sistemas Municipais de Meio Ambiente.

O GAM nesse período, através do contrato com o Instituto Manoel Novaes, realizou a consolidação dos quadros de referência legal, técnica e institucional do processo de descentralização da gestão ambiental na Bahia entre 2001 e 2005, bem como a avaliação desse processo para a definição de uma nova estratégia.

A implantação do posto SAC Ambiental intensificou as atividades integradas, gerando:

- Atendimento ao público;
- Realização de enquadramento do licenciamento ambiental;
- Informações sobre licenciamento ambiental;

- Informações sobre outorga do uso da água;
- Realização de campanhas sobre educação ambiental; e
- Realização de exposições de temas relacionados ao meio ambiente

Apoio à comissão de bacias hidrográficas - A SEMARH é membro titular do Comitê do Recôncavo Norte e do Comitê dos Rios Verde e Jacaré, bem como está apoiando ações por eles deliberadas. Integra a composição das Câmaras Técnicas de Articulação Institucional – CTAI, de Assuntos Legais e Institucionais e de Planos Programas e Projetos da estrutura do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, e participa de todas as suas reuniões para discussão de assuntos afetos àquele Comitê de Bacia no que tange à gestão dos recursos hídricos.

Nos últimos meses, os assuntos em pauta referem-se à construção do Pacto de Gestão das águas na bacia, que possibilitará a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e da Agência de Bacia, assegurando que o processo de fortalecimento das ações ambientais seja compartilhado e integrado, tendo como base a articulação com diversos órgãos e entidades ambientalistas a fim de alcançar resultados positivos no processo de gestão ambiental municipal.

Visando garantir a fiscalização, licenciamento e monitoramento das atividades ambientais, a SEMARH estabeleceu diretrizes e bases para gerir de forma integrada a utilização dos recursos hídricos do Estado da Bahia, como também apoiar a Secretaria Executiva no processo de formação e implementação de outras atribuições legais dos Comitês de Bacia de maneira a acompanhar o desenvolvimento e andamento das atividades desses Comitês.

Fortalecimento da Gestão Municipal de Interesse Turístico

Após a primeira fase do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – Prodetur/BA, a constituição dos Conselhos dos Pólos Turísticos e do Fórum Estadual de Turismo estimularam o fortalecimento da gestão municipal de interesse turístico.

O Fórum realizou onze reuniões, entre 2003 e 2006, nas quais além de discutir questões relativas ao turismo, coordenou o processo de descentralização das ações definidas na política nacional de turismo, inserindo os municípios, o setor privado, o terceiro setor e as instituições de ensino no processo de organização e integração do turismo baiano ao brasileiro.

Os Conselhos dos Pólos Turísticos – Salvador e entorno, Litoral Sul, Chapada Diamantina e do Descobrimento atuam como foro de discussão e consenso sobre as estratégias e prioridades de desenvolvimento turístico dos municípios que os compõem. Constituídos por representantes dos poderes público federal, estadual e municipal, além do setor privado e do terceiro setor, os Conselhos acompanham a execução das ações do Prodetur-NE II, asseguram a transparência na tomada de decisões e auxiliam na articulação dos Conselhos Municipais de Turismo e de Meio Ambiente.

A elaboração de Plano de Fortalecimento Municipal para Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural – PMGT, está inserido nos procedimentos de execução do Prodetur-NE II e abrange onze municípios turísticos, que já haviam sido incluídos no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS. O Banco do Nordeste está em processo de revisão destes planos, que visam dotar a instância municipal de instrumentos adequados de planejamento e gestão para desenvolver, manter e incrementar os atrativos e os serviços turísticos, tão importantes para a consolidação do turismo e para a valorização do patrimônio natural e cultural.

Programa de Apoio à Atualização do Cadastro Único de Programas Sociais

Visando à efetivação dos compromissos assumidos através do Termo de Adesão Estadual, instituído pela Portaria nº 454 de 06 de setembro de 2005, o Governo do Estado da Bahia desenvolveu um conjunto de atividades de apoio aos municípios para melhoria do desempenho da gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Os dados referentes às atividades realizadas, no ano de 2006, estão apresentados no Quadro 2.

PROMOÇÃO DE PARCERIAS

Organizações Sociais

O Programa Estadual de Organizações Sociais foi criado em 1997 e tem como finalidade fomentar, em articulação com os órgãos e entidades do Estado e com a sociedade civil organizada, o estabelecimento de parcerias destinadas à implantação e/

ou gestão de serviços e atividades de interesse público, em conformidade com a Lei 8.647/03. Desde a criação do Programa até hoje, já foram qualificadas como Organização Social 28 entidades, das quais dez estão com Contratos de Gestão assinados e vigentes.

Vale dizer que a qualificação é o ato através do qual o Estado atesta que determinada entidade de direito privado sem fins lucrativos está habilitada a assinar contrato de gestão, ou seja, é a titulação estatal da entidade como Organização Social. Já a publicização é a transferência da gestão de serviços e atividades não exclusivos do Estado para o setor público não-estatal, assegurando caráter público à entidade de direito privado, bem como autonomia administrativa e financeira.

Em 2006, foram implementadas ações voltadas ao fortalecimento do programa, que concorreram para a qualificação de seis e a publicização de cinco instituições, conforme se pode observar nos Quadros 3 e 4.

QUADRO 2

PROGRAMA DE APOIO À ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS - BAHIA, 2005 – 2006

AÇÕES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS

- Capacitação de gestores municipais para utilização e manuseio do Sistema de Cadastro Único e do Sistema de Gestão de Benefício/Bolsa Família, envolvendo 165 gestores de 152 municípios
- Capacitação de 540 conselheiros governamentais e não-governamentais que compõem as instâncias de controle social do Programa Bolsa Família, para acompanhamento das ações realizadas pelo Poder Público em relação ao programa, envolvendo 306 municípios
- Estruturação de um serviço de Help Desk-0800, para atender, orientar e encaminhar as demandas dos municípios a respeito da gestão do Cadastramento Único e Bolsa Família, sendo disponibilizadas três linhas no período de três meses, que receberam 1.900 ligações
- Apoio aos 417 municípios do Estado, in loco, através de equipe itinerante para orientação quanto à utilização e manuseio do sistema operacional – CadÚnico e Sibec, sendo realizadas 591 visitas através de 15 técnicos
- Realização de serviços técnico e operacional para digitação e atualização da base de dados do cadastro único, em Salvador, com a contratação de 85 digitadores, viabilizando a atualização de 58.000 cadastros

Fonte: SECOMP

QUADRO 3

**INSTITUIÇÕES QUALIFICADAS
BAHIA, 2006**

DISCRIMINAÇÃO

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Castro Alves
Instituto Sócrates Guanaes
Instituto Fernando Filgueiras
Santa Casa de Misericórdia da Bahia
Instituto de Saúde Pela Promoção da Vida – Proviver
Fundação Josué Montello, do Maranhão

Fonte: SAEB/SGP

QUADRO 4

**INSTITUIÇÕES PUBLICIZADAS
BAHIA, 2006**

UNIDADE	INSTITUIÇÃO GESTORA
Instituto do Coração da Bahia – Incoba	Instituto Sócrates Guanaes
Maternidade de Referência Profº José Maria de Magalhães Netto	Santa Casa de Misericórdia da Bahia
Hospital do Oeste	Associação Obras Sociais Irmã Dulce
Hospital Dantas Bião	Monte Tabor - Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitária
Hospital Luís Eduardo Magalhães	Monte Tabor - Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitária

Fonte: SAEB/SGP

OBS.: Unidades de Saúde com a implantação de serviços de média e alta complexidade na Capital e no interior do Estado.

O programa começou atuando no ano de 1999 na área de saúde e se estendeu em 2001 para a área da educação. Atualmente vem sendo ampliado e a partir do interesse demonstrado por outras secretarias, dentre elas a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdade Sociais – SECOMP, que está em processo de publicização das atividades, hoje executadas pelo Estado da Bahia, dos Restaurantes Populares Prato do Povo, voltados à segurança e complementação alimentar e nutricional da população de baixa renda.

Para garantir a efetividade das ações da Organização Social é imprescindível que o Estado monitore o cumprimento do contrato de gestão assegurando, com isto, a qualidade do serviço. Como maior ação voltada ao fortalecimen-

to do programa, foi desenvolvido o Projeto Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão (M&A), cujo objetivo é implementar uma sistemática de M&A, que proporcione a obtenção de informações gerenciais consistentes que subsidiem a tomada de decisão para a melhoria dos serviços/atividades publicizados.

Em 2006, a SAEB realizou a avaliação anual do desenvolvimento da capacidade de gestão da Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia – Asceteb em Feira de Santana, da Fundação José Silveira e do Instituto de Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social da Região de Irecê - Promir.

Os quadros 5 e 6 apresentam as instituições qualificadas e publicizadas no período 2003-2006.

QUADRO 5**INSTITUIÇÕES QUALIFICADAS
BAHIA, 2003-2006**

DISCRIMINAÇÃO
Agência de Desenvolvimento do Centro Industrial de Aratu – Ciade
Associação Bahiana de Expositores
Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia – Asceteb
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Castro Alves
Associação Escolar Brasil Profissional
Associação Tecnológica Bahiana - ATB
Associação Tecnológica e Educacional de Camaçari – Atec
Associação Obras Sociais Irmã Dulce
Centro Náutico da Bahia - Cenab
Fundação Bahia Viva
Fundação José Silveira
Fundação Josué Montello, do Maranhão
Fundação Luís Eduardo Magalhães – Flem
Grupo de Apoio à Criança com Câncer – Gacc
Instituto de Dança da Bahia – IDBA
Instituto de Atenção à Saúde, Pesquisa e Desenvolvimento Social de Responsabilidades Correlatas de Ilhéus e Sul da Bahia – IASI
Instituto de Atenção à Saúde, Pesquisa, Docência e Desenvolvimento Social de Vitória da Conquista – Idasc
Instituto de Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social da Micro Região de Irecê – Promir
Instituto de Saúde e Desenvolvimento Social de Ibicaí – ISDS
Instituto de Saúde pela Promoção da Vida – Proviver
Instituto Fernando Filgueiras
Instituto Sócrates Guanaes
Instituto de Atenção à Saúde, Pesquisa, Docência e Desenvolvimento Social – IDS
Instituto Biofábrica de Cacau
Monte Tabor Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitária
Associação Beneficente de Assistência Social Hospitalar – Pró-Saúde
Real Sociedade Espanhola de Beneficência
Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Fonte: SAEB/SGP

QUADRO 6**INSTITUIÇÕES PUBLICIZADAS
BAHIA, 2003 - 2006**

Unidades	Instituições Gestoras
Instituto do Coração da Bahia – Incoba – Salvador	Instituto Sócrates Guanaes – Isg
Maternidade Referência Prof.º José Maria de Magalhães Netto – Salvador	Santa Casa de Misericórdia da Bahia
Hospital do Oeste – Barreiras	Associação Obras Assistenciais Irmã Dulce
Hospital Regional Dantas Bião – Alagoinhas	Monte Tabor - Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitária
Hospital Luís Eduardo Magalhães – Porto Seguro	Monte Tabor - Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitária
Hospital Regional Mário Dourado Sobrinho – Irecê	Instituto de Promoção da Saúde e Desenvolvimento da Região de Irecê - Promir
Centro de Educação Tecnológica da Bahia – Ceteb – Feira de Santana	Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia – Asceteb
Biofábrica de Cacau – Ilhéus	Instituto Biofábrica de Cacau
Centro e Educação Tecnológica da Bahia – Ceteb – Camaçari	Associação Tecnológica e Educacional de Camaçari - Atec
Hospital Geral Santa Tereza – Ribeira Do Pombal	Fundação José Silveira - FJS

Fonte: SAEB/SGP

OBS.: Unidades de Saúde com a implantação de serviços de média e alta complexidade na Capital e no interior do Estado

Apoio Institucional às Atividades Culturais

O Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Cultura e Turismo – SCT, e com recursos do Fundo de Cultura, manteve, em 2006, importantes parcerias com instituições que desenvolvem ação de relevância para a cultura baiana, assegurando a manutenção e dinamização dessas entidades. A implementação dessas parcerias foi executada pela Fundação Cultural do Estado da Bahia – Funceb, Fundação Pedro Calmon – FPC e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural – Ipac, constando também do capítulo “Cultura, Esporte e Lazer”, volume I deste relatório.

Projeto Empreendedor Social

A Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, e a Secretaria de

Ciência, Tecnologia e Informação – SECTI, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb, iniciaram em 2005 o Projeto Empreendedor Social, com o objetivo de selecionar e apoiar projetos com potencial inovador voltados para o combate à pobreza e às desigualdades sociais, em parceria com associações, cooperativas sociais, empreendimentos e organizações solidárias, populares e comunitárias do Estado que atuam nessa perspectiva.

Foram alocados para o financiamento deste projeto, recursos financeiros do Funcep da ordem de R\$ 1,6 milhão, em 2005, apoiando 30 projetos. Cada proposta socioproductiva empreendedora tem o valor máximo de R\$ 40 mil, visando à geração de trabalho e renda e outros benefícios em prol da comunidade carente.

ENTIDADES CULTURAIS APOIADAS

- Academia de Letras da Bahia
- Associação Bahiana Arte e Cultura – Abacult - Museu Rodin Bahia
- Associação Brasileira de Defesa e Preservação da Capoeira – Forte da Capoeira
- Câmara Bahiana do Livro
- Casa das Filarmônicas
- Centro Brasileiro de Difusão do Livro e da Leitura – Viva o Livro e Livraria
- Escola de Dança da Ufba: Espaço de Investigação e Criação Artística
- Fundação Anísio Teixeira – Caetité, Biblioteca, Biblioteca Móvel, Museu e Cine-teatro
- Fundação Balé Folclórico da Bahia e Teatro Miguel Santana
- Fundação Casa de Jorge Amado
- Fundação Hansen Bahia – Cachoeira, Memorial e Galeria
- Fundação Museu Carlos Costa Pinto
- Fundação Pierre Verger
- Instituto Cultural Casa Via Magia – Realização do VI Mercado Cultural
- Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
- Liceu de Artes e Ofícios – Caravanas Culturais do Grupo de Dança
- Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro – NICSA, Biblioteca, Memorial e Escolinha
- Oficina das Artes
- Sociedade Musical Oficina de Frevos e Dobrados
- Teatro Vila Velha e Companhia Viladança
- Theatro XVIII, Anexo e Galeria Moacir Moreno
- Usina de Dança Gicá Cia. de Dança Jovem e Escola de Dança do Projeto Axé

PROGRAMA DE QUALIDADE DAS OBRAS PÚBLICAS DA BAHIA - QUALIOP

O Programa de Qualidade das Obras Públicas da Bahia – Qualiop, criado em abril de 2000, encontra-se operacionalmente consolidado, seguindo as orientações do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade da Habilitação PBQP-H, tendo sua Secretaria Executiva funcionando na Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab.

Dentre os principais objetivos do Qualiop, citam-se:

- Otimização da qualidade dos materiais, componentes, sistemas construtivos, projetos e obras nos empreendimentos de construção civil executados pelo Governo do Estado da Bahia;
- Integração e articulação das ações na área da qualidade dos órgãos executores de obras públicas;
- Estabelecimento de acordos setoriais de qualidade com os diversos segmentos da construção civil; e
- Implantação de processos de qualificação, homologação e certificação de produtos e serviços.

Em 2006, o programa teve acrescido ao seu cadastro 140 empresas qualificadas nos diversos níveis evolutivos e escopos (Tabela 8).

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

Na gestão da política de edificações públicas do Estado da Bahia, o Governo, através da Sucab, vem coordenando os programas relativos à construção, ampliação, recuperação, manutenção, conservação urbanização e paisagismo dos prédios públicos.

No ano de 2006, a Sucab foi responsável por um conjunto de realizações, na área de expansão e melhoria da rede física de equipamentos públicos, contribuindo assim para o alcance das metas estabelecidas pelas diversas unidades setoriais.

O Programa de Edificações Públicas do Governo do Estado que compõem a estrutura administrativa estadual, teve como objetivo fundamental a expansão e melhoria da rede física de equipamentos vinculados às Secretarias, através da execução de um ambicioso conjunto de obras de construção, ampliação, recuperação e reparação de prédios públicos.

O quantitativo de obras e serviços de engenharia, no exercício de 2006, apresenta um total de 286 intervenções concluídas, estando ainda em execução 272 ações.

Desse conjunto de realizações, 232 se enquadram nas categorias de construção, ampliação e recuperação de prédios públicos, 242 são classificadas como reparações, incluído a manutenção e conservação de unidades e 84 caracterizados como serviços de engenharia.

TABELA 8

QUALIOP - EMPRESAS CADASTRADAS NOS PROGRAMAS SETORIAIS DE QUALIDADE BAHIA, 2006

NÍVEL EVOLUTIVO	EDIFICAÇÃO	URBANIZAÇÃO	OBRA RODOVIÁRIA	SANEAMENTO	PROJETO E CONSULTORIA
D	6	11	6	14	0
C	1	5	0	2	0
B	10	10	3	5	7
A	23	14	9	5	9
TOTAL	40	40	18	26	16

Fonte: SEDUR/Sucab

TABELA 9

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS - OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA POR SECRETARIA/ÓRGÃO - BAHIA, 2006

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE			RECURSOS APLICADOS (R\$1.000,00)
	CONCLUÍDA	EM ANDAMENTO	TOTAL	
Educação	72	135	207	37.356
Saúde	20	12	32	25.020
Justiça e Direitos Humanos	25	11	36	4.250
Segurança Pública	32	23	55	2.753
Cultura e Turismo	3	9	12	2.326
Trabalho, Assistência Social e Esporte	43	37	80	2.534
Administração	44	6	50	1.108
Ciência, Tecnologia e Inovação	4	1	5	219
Indústria, Comércio e Mineração*	-	1	1	-
Infra-Estrutura	1	1	2	4
Governo	-	2	2	15
Desenvolvimento Urbano/Sucab	38	22	60	10.422
Procuradoria Geral do Estado	4	1	5	28
Defensoria Pública	-	8	8	217
Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária	-	2	2	45
Planejamento	-	1	1	60
TOTAL	286	272	558	86.357

Fonte: SEDUR/Sucab - até setembro/2006

(*) Recursos ainda não desembolsados até setembro de 2006

Das 558 obras e serviços de engenharia que estão sendo executadas pela Autarquia, no exercício de 2006, foram selecionadas as 228 principais ações que se destacam pela importância para os respectivos segmentos sociais e, também, pelo volume de investimento programado. A Sucab também efetuou a reparações e manutenções prediais efetuadas nas estruturas físicas das edificações públicas.

A Tabela 9 apresenta a discriminação, por área de atuação, do quantitativo de obras e serviços de engenharia executados em 2006, destacando-se o número de realizações no segmento educação, com expressiva participação de 37,1%.

PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO – RECICLA CAB

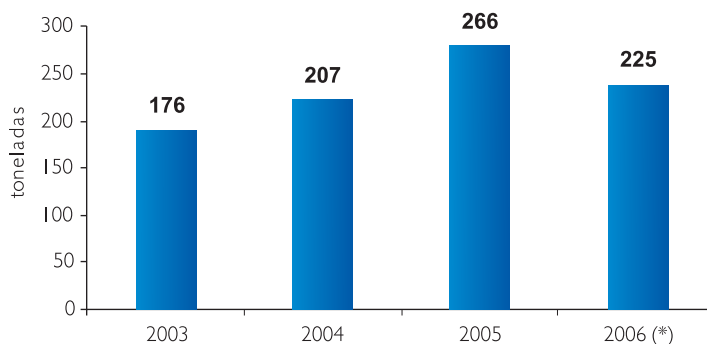
Com o propósito de reduzir o volume de lixo a ser descartado diariamente no Aterro Me-

tropolitano Centro, possibilitar a reciclagem dos resíduos gerados no Centro Administrativo da Bahia – CAB, e promover a proteção do meio ambiente foi criado, em abril de 1999, o Programa de Coleta Seletiva de Lixo – Recicla CAB.

Atualmente, participam da coleta seletiva 63 órgãos públicos estaduais e federais, dos quais 49 no CAB e 14 em outros bairros de Salvador e Simões Filho. Está previsto para o último trimestre de 2006 a expansão do Programa a mais quatro unidades do serviço público.

No período de janeiro de 2003 a setembro de 2006, foram coletadas 874 toneladas de materiais recicláveis, representando uma média anual de 218 toneladas, conforme observado no Gráfico 6.

GRÁFICO 6

RECICLA CAB - VOLUME DE MATERIAL RECICLADO
BAHIA, 2003 – 2006

Fonte: SEDUR
(*) Dados até setembro

O crescente aumento na produção nesse período deveu-se à adesão de 17 novas unidades, mas, sobretudo ao aumento no número de doações advindas de arquivos e almoxarifados públicos, que passaram a doar os papéis inservíveis para reciclagem, representando hoje 35% da produção total coletada pelo programa.

O CAB é responsável por 57% de toda a produção do programa, seguido de doações de arquivos, que representam 35%, e entidades de fora do CAB, com 8%.

Todos os materiais recicláveis coletados foram doados a cinco cooperativas com sede em Sal-

vador. A doação não é igualitária, visto que a cada cooperativa cabe o resultado do seu roteiro de coleta, como demonstra a representação no Quadro 7.

Dentre os materiais recicláveis coletados, desde o início do Programa, os papéis e papelões representaram a maioria absoluta com 83% e 14% respectivamente, ficando o restante distribuídos entre vidro, ferro, plástico e alumínio.

A produção total acumulada é da ordem de 1.476 toneladas (1999 a setembro de 2006). Esse resultado proporcionou ganhos ambientais, a exemplo de:

QUADRO 7

RECICLA CAB - COOPERATIVAS BENEFICIADAS
SALVADOR, 2006(*)

Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem – Coopcicla, com 57% do material recolhido	CAB e Núcleo de Atendimento Judiciário
Cooperativa de Coleta e Processamento de Plástico e Proteção Ambiental - Camapet, com 32% do material recolhido	CRA, DAT (METRO, 1º Juizado de Defesa do Consumidor, Arquivo Central da SETRAS e Conder
Cooperativa dos Recicladores de Unidade de Canabrava – Coperbrava, com 6% do material recolhido	Embasa (Cabula)
Ação Reciclar, com 3% do material recolhido	Fapesb e Conder
Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão – Acopamec (**), com 2% do material recolhido	SECTI e SEDUR

Fonte: SEDUR/Sucab
(*) Janeiro a setembro
(**) Essa associação deixou a atividade de coleta desde julho

- Evitou o corte de cerca de 28.800 árvores adultas;
- Promoveu a economia de 7.070 m³ de espaço no aterro Metropolitano Centro;
- Economizou energia elétrica equivalente a 272 salas iluminadas por um ano; e
- Evitou a extração de quatro toneladas de bauxita;

O programa também apoiou a implantação de projetos de coleta seletiva de lixo na Base Naval de Aratu – Recicla BNA, na Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial – Projeto Nosso Papel e no Hospital Juliano Moreira – Reciclamundo.

O programa de coleta seletiva de lixo Recicla SAC, também inspirado e desenvolvido pelo Recicla CAB, vem sendo operacionalizado desde janeiro de 2002 e encontra-se implantado em cinco postos. Nesse período foram recolhidos 31,1 toneladas de papéis e papelões oriundos dos postos supracitados e de outros postos da Capital e do interior, que ainda não participam oficialmente da coleta seletiva.

Todos os papéis coletados são comercializados e a receita gerada revertida para instituições de caridade. No período 2003-2006, foram apoiadas as seguintes instituições:

- Associação dos Catadores de Papel do Comércio;
- Fundação Franco Gilbert;
- Comitê de Combate à Fome pela Vida;
- Casa de Tio Hormindo; e
- Casa de Caridade Adolfo Bezerra de Menezes.

SISTEMA DE TELEFONIA DO GOVERNO

Em 2006, o Governo da Bahia, através da Secretaria da Infra-estrutura – SEINFRA, desenvolveu ações visando a melhoria no controle dos gastos com telefonia, no âmbito da administração estadual. Dentre elas destaca-se a elaboração dos editais de licitação, na modalidade pregão presencial, visando a contratação dos diversos serviços de telefonia, estimando-se que as propostas a serem apresentadas trarão uma economia aproximada de 50% nos gastos com telefonia de longa distância nacional e internacional.

Fruto do trabalho constante de acompanhamento do desempenho do sistema telefônico do CAB e com o objetivo de permitir o acesso às novas plataformas tecnológicas, garantindo assim aos usuários do sistema novos benefícios, entre 2004 e 2005 foi efetuado o up-grading do sistema, passando da versão BC-8 para BC-12. Foram investidos recursos da ordem de R\$ 1,2 milhão no período 2005-2006, esta última atualização disponibilizou diversas facilidades ao sistema, destacando-se a redução de 62% nos custos de ligação para celular, para as chamadas originadas no CAB, trazendo uma economia mensal de cerca de R\$ 200 mil a partir de dezembro de 2004, quando foi implementada.

De modo a avaliar concretamente o desempenho da planta e a satisfação dos usuários com o serviço, são adotados Indicadores de Desempenho Operacional similares aos utilizados nos Sistemas de Telecomunicações das Operadoras de Telefonia e fiscalizados pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, porém adaptadas às instalações de telecomunicações do CAB. A Tabela 10 apresenta o comportamento desses indicadores ao longo do quadriênio 2002-2006.

TABELA 10

INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL
BAHIA, 2002-2006

INDICADOR	2002	2003	2004	2005	2006	META
Solicitações de Conserto - R1	3,5	3,4	3,2	3,4	3,5	3,5
Atendimento de Reparos - R2	93,8	95,5	99,9	100,0	100,0	98,0
Solicitações de Conserto Repetidas - R3	13,8	12,2	12,6	12,0	12,0	12,0
Solicitações de Serviços - S1	94,6	96,8	99,8	100,0	100,0	98,0
Chamadas Interurbanas Completadas - OK	55,0	59,1	50,4	54,0	58,0	68,0
Chamadas Interurbanas Perdidas - PAB	39,0	37,2	35,9	41,0	35,9	25,0

Fonte: SEINFRA

O Projeto de Integração de Sistemas, implementado a partir de dezembro de 2004, possibilitou para a administração estadual ampliar a utilização do PABX Virtual e PABX convencional integrados, formando a Rede Corporativa de Voz do Estado. Toda a estrutura de telefonia do CAB, que utiliza o prefixo 3115, já está interligada e integrada aos demais órgãos da administração estadual, que utilizam os pre-

fixos 3103, 3116 e 3117, podendo falar entre si sem custos nas ligações. Após sua implementação houve uma redução de 40% nos gastos com telefonia local. Esta solução prevê inclusive a integração com diversas cidades do interior do Estado, que deverá ser implementada a partir de novembro de 2006, reduzindo significativamente os gastos com telefonia de longa distância.